

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM**

----- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; ----
- b) Proposta da Aplicação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem; -----
- c) Proposta de Fixação da Taxa Municipal sobre Imóveis; -----
- d) Lançamento da Derrama Sobre o Lucro Tributável; -----
- e) Proposta de atualização das Taxas Municipais de acordo com a taxa de Inflação verificada nos Últimos 12 Meses; -----
- f) Aprovação da Participação Variável no IRS; -----
- g) Aprovação dos Documentos Previsionais para 2022: -----
Relatório do Orçamento, Orçamento, Normas para a execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano. ----
- h) Aprovação do Regulamento do Sorteio de Natal; -----
- i) Apreciação e votação da Estratégia Municipal Ambiental para 2022-2025. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, começando por colocar à consideração da assembleia a transmissão em direto da sessão em vídeo e áudio através do Facebook da Câmara Municipal, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Raquel da Conceição Sequeira Batista, Marcos André Lopes Paulo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Carlos António Tomás Ferreira, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Andreia Paula Sanches Ventura, Gonçalo Emanuel Paraíso Bento, Telma Sofia Gomes Andrade Macedo, Marco Paulo Ferreira dos Santos, Francisco Miguel Gomes Inácio, Cláudia Filipa Coelho Farias, Ana Catarina Albuquerque Tomás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, Leandro Manuel Pinto Abade, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltou aos trabalhos o membro da assembleia Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado. -----

A Senhora Presidente da Assembleia deu conhecimento de que o membro da assembleia Cristina Baltazar informou via correio eletrónico com registo de entrada número 77 de que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Nesse sentido e nos termos da lei, foi convocado o membro seguinte da lista Todos por Fornos, Fornos para Todos, Carlos António Tomás Ferreira a estar presente. De igual modo, o membro da assembleia Ana Catarina Freitas Gomes informou que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Foi convocado, nos termos da lei, o membro seguinte da lista do PS, Joaquim Manuel Nunes Rodrigues e considerando que, também não podia comparecer, foi convocada Telma Sofia Gomes Andrade Macedo. -----

Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia solicitou autorização para acrescentar uma alínea à Ordem de trabalhos, designadamente a alínea j) Informação sobre a Situação Económica e Financeira relativa ao 1.º Semestre de 2021 para conhecimento, a qual foi aceite por unanimidade. Procedeu de imediato à abertura de inscrições para o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, Intervenção do Público, tendo-se inscrito a Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Nélío Sequeira para referir que não faz sentido o envio de toda a documentação em formato papel sugerindo que, até à aprovação do novo Regimento, a mesma fosse enviada via correio eletrónico, uma vez que poupariam uma quantidade significativa de papel e facilitaria o trabalho, seguindo apenas a convocatória por correio. -----

O membro da assembleia Gonçalo Bento referiu que iria de igual modo alertar para essa questão até porque receberam a documentação por email e, caricato ou não, um dos pontos da Ordem de Trabalhos é precisamente a aprovação da Estratégia Ambiental. -----

A Senhora Presidente colocou a questão à consideração de todos, uma vez que o Regimento é omissivo nesta matéria e, não havendo objeções, ficou registado que toda a documentação referente à Assembleia Municipal, seria enviada via correio eletrónico, seguindo apenas a convocatória por correio registado. -----

Relativamente à pretensão da Senhora Vereadora Cristina Guerra em intervir como elemento do público e para que, de futuro, não haja extrapolações daquilo que ali é referido, a Senhora Presidente da Assembleia concretizou: Importa informar V. Ex^a que, de acordo com o artigo 48º, nº 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (AUTARQUIAS LOCAIS - COMPETÊNCIAS E REGIME JURÍDICO), atualizada à data, e do nº 4 e 5, do artigo 24º ex vi do nº 2 artigo 20º do Regimento da AM; -----

“Os vereadores devem assistir às sessões da assembleia municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal.” Estatuindo o nº 5 do supracitado artigo que “Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra” -----

Dispõe o artigo 49º, nº1 da lei 75/2013 de 12 de setembro que “as sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento do público.” -----

Não obstante tal previsão, isto é, consagração do carácter público das sessões da Assembleia Municipal e do direito de intervenção do público nas mesmas, o legislador remete a operacionalização da referida intervenção para as normas regimentais. -----

Assim, de acordo com o regimento em vigor da AM, nomeadamente no artigo 19º e 25º estão estipuladas as regras a cumprir para o uso da palavra pelo público. -----

Importa, aduzir que tal não prejudicará a possibilidade do público, em geral, recorrer aos mecanismos de participação e acesso à informação consagrados na Constituição da República Portuguesa (vide os artigos 37.º e 268.º da CRP) e na lei, designadamente no Código de Procedimento Administrativo (CPA) que, expressamente, prevê o direito dos interessados à informação (artigos 81.º e ss.), e bem assim, a colaboração da Administração com os particulares e a sua participação na formação de decisões administrativas [cfr. Capítulo I – Princípios gerais da atividade administrativa (artigos 3.º a 19.º do CPA)]. Concluindo assim que: -----

Como Vª. Exª. afirma no seu requerimento e o qual passo a citar; “...fui membro da assembleia Municipal de Fornos de Algodres nos mandatos autárquicos 2013/2017 e 2017/2021, e atualmente sou vereadora no mandato 2021-2025...” Não tendo esta AM tido conhecimento do direito que assiste a Vª. Exª de acordo com artigos 76º e 77º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (AUTARQUIAS LOCAIS - COMPETÊNCIAS E REGIME JURÍDICO), de requerer suspensão ou renúncia ao mandato, presumimos que se mantém nas funções para as quais foi eleita. Assim, e como Vª. Exª. postula, Vª. Exª é Vereadora do Município Fornos de Algodres, democraticamente eleita nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021 e, por inerência, com assento na AM. Acrescentou ainda que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses emitiu parecer relativamente à participação dos vereadores nas sessões da Assembleia Municipal do qual destacou o seguinte: *“Face ao exposto afigura-se que no período em referência não é possível a intervenção dos Vereadores da Câmara Municipal uma vez que a sua comparência e participação nas sessões da Assembleia é feita exclusivamente na qualidade de membro do Executivo Municipal.”* -----

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente, o qual fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, disponível no Gabinete de Apoio para consulta. -----

A Sra. Presidente da Assembleia referiu que iria colocar à votação a ata do dia nove de julho de dois mil e vinte e um, salientando que ao abrigo do N.º 3 do artigo 34.º do Anexo do Decreto-Lei N.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participam nesta votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão. Assim sendo, questionou os membros da assembleia que estiveram presentes na sessão supracitada, sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata. Não havendo propostas, foi a mesma aprovada por unanimidade. De imediato foi colocada à apreciação e votação a ata da sessão extraordinária realizada no dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um. Relativamente a esta ata, a Sra. Presidente da Assembleia referiu que em relação à alínea a) seria pertinente mencionar que os dois membros da Assembleia Municipal para a CIMBSE foram escolhidos pelos



eleitos e em relação à alínea b) mencionar que o Presidente de Junta para o Congresso Nacional dos Municípios Portugueses foi escolhido pelos Presidentes de Junta, colocando à consideração de todos estas alterações. Não havendo objeções foi a ata aprovada por maioria. -----

Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Marcos Paulo que após cumprimentar os presentes referiu que esta é a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal pós-eleições e, nessa medida, fez votos de um ótimo mandato para todos. Prosseguiu referindo que a oposição que tomou posse recentemente irá adotar uma posição construtiva e de colaboração com o executivo e com os fornenses sempre que seja necessário, à semelhança da oposição do anterior mandato, ao contrário do que foi veiculado durante a campanha eleitoral e que não corresponde à verdade. O membro Marcos Paulo espera que o senhor Presidente da Câmara cumpra o seu mandato até ao fim e espera, também, que cumpra e que faça o que não conseguiu fazer nos últimos oito anos de mandato. Referiu, ainda, que são elencados três projetos ao longo dos últimos oito anos de mandato do atual executivo e nos que se avizinham, designadamente a Zona Industrial de Juncais, o Mercado Municipal e a Escola EB 1 de Figueiró da Granja. Relativamente à Zona Industrial de Juncais e à Escola EB 1 fez votos para que as respetivas obras avancem questionando o Senhor Presidente se, no que concerne à escola a culpa é do Município ou se é do empreiteiro. No que respeita ao Mercado Municipal exprimiu a opinião de que uma obra que foi construída há mais de vinte anos e que à data era pioneira no distrito da Guarda e ainda hoje faz frente a muitas outras, um equipamento que faz parte de uma lista de obras que levaram à dívida que o Senhor Presidente insiste em atribuir ao PSD, certamente com a melhoria do equipamento existente teríamos um Mercado atual e a verba afeta a esta obra poderia servir, sim, para construir um pavilhão multiusos, mas fora da vila, com espaços de estacionamento e com mais condições, nomeadamente para o acesso ao recinto dos camiões-palco. ----- A concluir referiu que a eleição do Partido Socialista ficou marcada pela política da empregabilidade fácil e dos condicionalismos. -----

Seguiu-se o membro da assembleia António Rocha que começou por saudar os presentes e felicitar os que pela primeira vez ali se encontram. Felicitou de igual modo o executivo pela sua eleição para o terceiro mandato consecutivo e deixou um agradecimento ao Presidente Cessante da Assembleia Municipal. Formalizou, também, um voto de gratidão a todos os profissionais de saúde que muito têm lutado no âmbito da pandemia da COVID-19. A concluir referiu que a política nasceu para servir o povo e, nesse sentido, espera que possam trabalhar em conjunto para melhorar a qualidade de vida das pessoas do concelho de Fornos de Algodres. -----

Interveio o membro da assembleia Nélío Sequeira começando por referir que no âmbito da notícia relativamente aos vinte Municípios que excederam em 2020 o limite total da dívida definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, faria todo o sentido parabenizar os executivos que governaram o concelho antes do dia vinte e nove de setembro de 2013 pois contribuíram para que nos próximos trinta anos, Fornos de Algodres seja alvo de notícia sempre que se aborde este tema. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Gonçalo Bento referindo que estranhou o envio de tantas atas de reunião de Câmara, algumas relativas ao mandato anterior, mas que ao ler as atas do atual mandato constatou que se deveu ao facto de ainda não terem sido aprovadas, contudo, ressaltou um aspeto na ata de Reunião de



Câmara número 18, designadamente que apenas votaram dois Vereadores, um contra e outro a favor e, mesmo assim, a ata foi aprovada. -----

Interveio o membro da assembleia Cláudia Farias que, após cumprimentar os presentes, referiu que a sua intervenção se prende com a participação dos jovens na política, na medida em que a apatia política é uma realidade da sociedade portuguesa, comprovada pelos elevados níveis de abstenção nas eleições, sobretudo das camadas mais jovens e que, na sua opinião, constitui um flagelo grave para o qual devemos estar alerta, até porque a política não se esgota no processo eleitoral, mas está presente noutro tipo de atividades. Face ao exposto, referiu que é necessário que haja uma intervenção nomeadamente por parte das Autarquias Locais com o intuito de sensibilizar as camadas jovens para outras formas de participar na política para além das eleições. -- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Algodres Bruno Costa que começou por cumprimentar os presentes e desejar a todos um bom mandato, fazendo votos para que seja produtivo e em prol dos interesses do concelho. De seguida questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal acerca do ponto de situação relativamente ao Bairro do Ténis uma vez que as carências habitacionais da sua freguesia o preocupam. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Luís Ginja que, após cumprimentar os presentes, fez referência ao Presidente Cessante da Assembleia Municipal, o Senhor Engenheiro Carlos Costa, que dignificou e desempenhou o cargo com competência. Prosseguiu, concretizando: -----

“Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Senhoras e Senhores Deputados -----

Permitam-me iniciar esta minha intervenção com uma referência ao Presidente cessante desta Assembleia, Eng.º Carlos Costa que com a sua competência e conhecimento soube dignificar esta Assembleia e o cargo de Presidente da Assembleia Municipal num tempo muito complexo e num mandato muito exigente, saúdo também todas e todos os deputados eleitos, desejando os maiores sucessos no exercício dos seus mandatos agora que arranca uma nova legislatura autárquica, saúdo ainda todos os colaboradores desta autarquia. -----

Sra. Presidente; -----

Senhoras e senhores deputados, o arranque de um novo mandato autárquico é um momento de renovada esperança e é sempre um momento especial para aqueles que após a sua legítima eleição como deputados municipais aqui chegam pela primeira vez com a mais nobre das missões, representar os Fornenses na Assembleia Municipal. Lembro-me também do dia em que assumi pela primeira vez o mandato de deputado na Assembleia Municipal, quero dizer-vos que a honra que senti no primeiro dia em que me sentei nessas cadeiras é a mesma que sinto hoje. -----

A Assembleia Municipal é um órgão de representação democrática que ocupa um lugar insubstituível no nosso sistema político democrático, é um órgão do poder local. -----

É neste espaço que a vontade soberana expressa pelo voto de todos os Fornenses se encontra hoje representada na composição dos grupos municipais de diferentes partidos e grupos políticos, é por aqui que passa a iniciativa



deliberativa e fiscalizadora, é a Assembleia Municipal o espaço por excelência da fiscalização da ação do executivo, mas é também por aqui que está o centro do debate político, e é por isso este o espaço decisivo da expressão das diferenças mas também da construção de compromissos e de equilíbrios sempre decisivos para sustentar o desenvolvimento da nossa terra. -----

Uma democracia de qualidade não se esgota no dia das eleições, a democracia é um regime de separação de poderes, um sistema assente em regras e procedimentos, no caso do poder local composto pelos diferentes órgãos que compõem a Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, que legitimamente eleitos tem um estatuto e um papel tão relevante com qualquer outro dos órgãos de soberania nacionais. Este mandato autárquico deverá não só servir para consolidar a função deliberativa e fiscalizadora da Assembleia Municipal, mas também para se afirmar no palco do debate político. -----

A Assembleia Municipal exige hoje em particular que saiba cumprir bem os seus deveres, mas que saiba também ir além dos seus métodos tradicionais, exige-se a todos nós eleitos e por isso legítimos representantes dos Fornenses que saibamos estar á altura do momento que vivemos e do poder que nos confiaram. -----

Sra. Presidente; -----

Senhoras e Senhores deputados, o Partido Socialista venceu as eleições autárquicas no passado dia 26 de setembro, não foi apenas uma vitória eleitoral foi uma vitória com maioria absoluta e por isso é uma vitória com responsabilidade dupla também. Foi a expressão máxima dos nossos concidadãos no reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista e pelas centenas de Fornenses que fizeram parte deste projeto integrando as nossas listas aos Órgãos Autárquicos ao longo das últimas 3 eleições autárquicas. -----

Ganhámos também 7 das 8 Juntas de Freguesia a que nos candidatámos, é o reconhecimento pela excelência do trabalho diário de proximidade desenvolvido por mulheres e homens que integraram as listas do PS e que comungam dos mesmos valores de solidariedade, liberdade e humanismo do Partido Socialista, mas esta vitória representa também a confiança na credibilidade que os Fornenses depositaram em nós como resultado das propostas que lhes apresentámos. É com orgulho e responsabilidade que assumimos esta vitória, ganhámos pelo nosso passado, mas também pelo nosso futuro. -----

Fazermos da nossa terra um espaço melhor para trabalhar e viver será sempre um trabalho inacabado, no PS nunca estaremos satisfeitos enquanto existir um Fornense sem acesso aos cuidados de saúde, uma família sem uma creche onde deixar o seu filho, uma criança sem uma escola com as condições necessárias para se desenvolver na sua plenitude, uma estrada sem buracos, uma rua sem passeio ou sem luz, uma casa sem acesso a água ou saneamento básico, uma linha de água poluída entre tantas outras condições que poderia estar aqui a elencar, será sempre um trabalho inacabado e nunca estaremos satisfeitos, e por isso todos seremos poucos para encontrar soluções, como disse atrás o PS tem uma responsabilidade dupla de com todos criarmos caminhos que promovam o desenvolvimento do nosso concelho e de encontrar resposta para os problemas das pessoas, será essa a nossa postura nesta Assembleia e em todos os órgãos para os quais temos eleitos, de nós poderão contar sempre com a nossa disponibilidade para fazermos as pontes necessárias com todos os que queiram



assumir o nosso passado e o nosso futuro, saberemos cuidar do legado e construir o futuro com todos os que se orgulham e queiram que a nossa terra seja a melhor para trabalhar e viver. -----

Tenho dito -----

Obrigado." -----

Interveio o membro da assembleia Carlos Ferreira que depois de cumprimentar os presentes referiu que os regimentos pertencem aos Órgãos e, nessa medida, se este Órgão está a iniciar funções seria de bom tom aprovar o Regimento anterior. A concluir desejou a todos um bom mandato e votos de Boas Festas. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Andreia Ventura começando por cumprimentar os presentes e questionando o Senhor Presidente da Câmara como está a decorrer o processo da Transferência de Competências na área da Educação com a nova Direção do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres. A finalizar quis saber quais as medidas que estão a ser tomadas no âmbito da COVID-19 e qual a articulação com o Agrupamento. -----

No uso da palavra e após cumprimentar os presentes, o senhor Presidente da Câmara dirigindo-se ao membro Marcos Paulo referiu que a afirmação que proferiu, designadamente que o PS ganhou as eleições devido ao emprego fácil, constituiu uma forma de desqualificação dos fornenses. Referiu, também, que atendendo à forma como este sempre esteve presente nas sessões da Assembleia Municipal, outra coisa não espera de si, senão a postura que adotou no mandato de 2013-2017, acrescentando que estará sempre disponível a dialogar com todas as forças políticas, não obstante as diferenças de opinião, contudo, sublinhou que não tolerará ataques pessoais. Em relação à Zona Industrial de Juncais fez saber que está em consulta pública o estudo do impacto ambiental que termina em meados de janeiro e que a referida obra será realizada com o orçamento da Câmara Municipal. No que concerne à Escola EB1 de Figueiró da Granja informou que a responsabilidade pela sua interrupção é do empreiteiro. Relativamente ao Mercado Municipal esclareceu que não contribuiu para a dívida, já que o projeto foi lançado pelo então Presidente da Câmara José Felício e que a questão dos camiões-palco está devidamente acautelada. A concluir referiu que este e os outros projetos supracitados foram aprovados em Reunião de Câmara por unanimidade. Ao membro da assembleia António Rocha, o Senhor Presidente agradeceu o esforço e o empenho com que desempenhou as suas funções ao longo dos anos, corroborando das suas palavras de gratidão para com os profissionais de saúde de Fornos de Algodres, nomeadamente no que respeita à vacinação. -----

No seguimento da intervenção do membro da assembleia Nélio Sequeira, o Senhor Presidente referiu que sempre que for publicado o anuário financeiro, Fornos de Algodres aparecerá nos primeiros lugares, porém, essa questão não tem que ver com a gestão do Partido socialista, visto que desde 2013 até ao presente, o Executivo deste Partido tem vindo a diminuir a dívida. -----

Relativamente à intervenção do membro Gonçalo Bento esclareceu que em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, ou, sendo caso disso, de desempate e, na ausência deste, o Vice-presidente. No concernente à intervenção do membro Cláudia Farias corroborou da sua preocupação relativamente à participação dos jovens na vida política, acrescentando que algumas medidas têm sido tomadas, nomeadamente No que respeita à intervenção do membro Carlos Ferreira o Senhor Presidente recuou com saudade ao tempo em que o pai do referido membro fazia parte do Órgão Deliberativo. -----



Em resposta às questões colocadas pelo membro Andreia Ventura designadamente no que toca à Transferência de Competências, informou que existe uma estreita colaboração entre o Município e o Agrupamento de Escolas e que o processo está a correr bem e no que toca à questão da Covid-19 várias medidas estão a ser tomadas, nomeadamente apoio no fornecimento de refeições aos alunos que se encontram em casa devido à interrupção das atividades letivas. -----

Relativamente ao Bairro do Ténis o Senhor Presidente informou que ainda hoje, assinaram a escritura referente à aquisição dos oito apartamentos. -----

2 - ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 794 datado de 22 de dezembro de 2021, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para se dispensar de ler a informação escrita, na medida em que foi enviada oportunamente a todos os membros, tendo obtido a unanimidade dos presentes. -----

Acerca deste ponto interveio o membro da assembleia Luís Ginja congratulando-se pela abertura do Espaço do Cidadão, apesar de no início ter ficado apreensivo, todavia, o feedback está a ser positivo, na medida em que o espaço está a funcionar bem e a aderência tem superado as expectativas. Prosseguiu, referindo que à semelhança do que aconteceu com a Estação Elevatória da Escola C+S de Fornos de Algodres, que foi suportada pelo orçamento camarário, teve conhecimento que o mesmo acontece com a ETAR do Ramirão e, também, com a de Vila Ruiva. -----

Seguiu-se o membro Nélio Sequeira para parabenizar os Fornenses pelo aumento em cerca de 60% de resíduos reciclados, o que constitui motivo de orgulho. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente, este parabenizou o Senhor Engenheiro Paulo Santos pelo trabalho desenvolvido no Espaço do Cidadão referindo que, contrariamente ao que na altura foi afiançado pelo PSD, este espaço não levou ao encerramento de outros serviços públicos. -----

Relativamente à reciclagem salientou o excelente trabalho dos fornenses neste campo, e, ainda, o trabalho realizado pelas escolas em termos de pedagogia e sensibilização. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que as alíneas b), c), d), e) e f) estão estritamente relacionadas e, por conseguinte, os senhores membros da assembleia poderão intervir acerca das mesmas em simultâneo, caso assim o desejem, apesar da votação ser feita em separado. -----

Relativamente às taxas o Senhor Presidente sublinhou que de acordo com o contrato programa celebrado com o FAM, o Município está obrigado por lei, à sua maximização, apesar de no ano transato terem conseguido uma redução da taxa de IMI para 0,43%, contudo continuarão a fazer pressão junto das autoridades competentes no sentido de reverter esta situação. -----

Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Carlos Ferreira referindo que irá votar contra em todas as alíneas, baseando-se nas declarações de voto das Senhoras Vereadoras Maria Joaquina Domingues e Cristina Guerra. -----

No uso da palavra, o membro Marcos Paulo começou por referir que nunca enveredou por ataques pessoais e que o Senhor Presidente deturpou as suas palavras, na medida em que não disse que o PS só ganhou as eleições devido à empregabilidade fácil, mas sim que a reeleição do PS ficou marcada pela empregabilidade fácil. Concretamente no que respeita às taxas recuou ao mandato de 2013-2017, para referir que, à data, a Bancada do PSD incitou o Município a propor ao FAM a redução de algumas taxas, contudo, a resposta do Executivo era que estavam obrigados por lei à sua maximização. Congratulou-se pelo facto de no ano passado terem conseguido reduzir algumas, esperando que essa redução não estivesse relacionada com o período pré-eleitoral. Face ao exposto, solicitou que continuem a insistir para que as taxas sejam reduzidas, nomeadamente no que toca à participação variável do IRS e à Derrama, propondo lançar a derrama apenas às empresas que não tenham um resultado líquido superior a cento e cinquenta mil euros. -----

Interveio o membro da assembleia Cláudia Farias começando por fazer uma pequena explanação acerca das taxas, até porque quem está em casa poderá não perceber o que ali se debate, acrescentando que devemos explicar às pessoas que, pelo facto de estarmos a ser intervencionados pelo FAM, não dispomos de autonomia financeira. Prosseguiu, referindo que a dívida da Câmara Municipal é um tema comum e, de facto não é desculpa, mas justificação para determinadas medidas, nomeadamente a aplicação de taxas, apesar de concordar que é penoso para os munícipes. A concluir referiu que o caminho passará pela sua redução ao longo dos anos e apostar no que é verdadeiramente importante, ou seja, proporcionar às pessoas boas condições, que dependem das receitas provenientes destas taxas. -----

O membro da assembleia Luís Ginja adiantou que as taxas são maximizadas fruto das ações do passado, citando uma intervenção sua que consta da ata de Assembleia Municipal de nove de julho de 2021 e que diz: *“Interveio o membro da assembleia Luís Ginja referindo que tem muito orgulho em ter votado favoravelmente os empréstimos enquanto vereador, porque essa é a diferença de uma oposição credível que entende o que é estar de acordo com o planeamento autárquico com a postura que agora a liderança tem, acrescentando que votar empréstimos ou gastá-los, são coisas completamente distintas e imputar a quem não tinha responsabilidades executivas o gasto dessa verba não é correto.”* -----

No seguimento da proposta do membro Marcos Paulo e, relativamente à derrama, o membro Luís Ginja propôs diminuir ou isentar a derrama, a quem tenha sede social no concelho de Fornos de Algodres. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente começou por dizer que em Política temos de aceitar os argumentos que nos são apresentados, contudo, o membro da assembleia Carlos Ferreira referir que vota contra determinada matéria apenas porque a Vereadora do CDS assim o fez, não parecerá bem aos olhos da opinião pública. Referiu, ainda, que recorda com saudade o tempo em que o Senhor Paulo Menano era Presidente da Câmara e o pai do membro Carlos Ferreira fazia parte do Órgão Camarário, na medida em que havia outra

maneira de fazer política, e que, nos tempos que correm não é possível, dado o comportamento de algumas pessoas. -----

Relativamente à intervenção do membro Marcos Paulo, o Senhor Presidente informou que têm proposto sistematicamente à Direção do FAM a redução das taxas, nomeadamente da Derrama, que foi negada pelo FAM, pela DGAL e pelo Tribunal de Contas. Quanto à redução do IMI esclareceu que não se deveu ao facto de estarem próximas as eleições autárquicas como o membro Marcos quis insinuar, mas sim porque estava em curso a revisão do FAM. -----

De seguida o Senhor Presidente agradeceu a intervenção do membro da assembleia Cláudia Farias, acrescentando que irão continuar a lutar junto do FAM, da DGAL e do Tribunal de Contas para que possam reverter esta situação que tanto penaliza os municípios. -----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à consideração as alíneas b), c), d), e) e f) que mereceram a seguinte votação: -----

b) aprovado por maioria com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã, sete abstenções da Bancada do PSD, Presidentes das Juntas de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz e um voto contra do membro da assembleia Carlos António Tomás Ferreira; -----

c) aprovado por maioria com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã e oito votos contra da Bancada do PSD, e Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz; -----

d) aprovado por maioria, com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã, sete votos contra da Bancada do PSD, Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz e uma abstenção do membro da assembleia Ana Catarina Albuquerque Tomás; -----

e) aprovado por maioria com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã e oito votos contra da Bancada do PSD e Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz; -----

f) aprovado por maioria com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã e oito votos contra da Bancada do PSD e Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz. -----

O membro da assembleia Marco Santos solicitou o uso da palavra para assinalar que votou contra, apenas porque caso a Bancada do PSD apresentasse outra proposta, não iria alterar nada, na medida em que o PS está em maioria naquela Assembleia Municipal. -----

No seguimento desta intervenção, o membro Marcos Paulo questionou se, acaso houvesse uma proposta da Bancada do PSD relativamente às taxas, haveria tempo de as considerar, uma vez que a Assembleia está a decorrer no penúltimo dia do ano, ao que o Senhor Presidente respondeu que teriam de reportar essa situação à DGAL e ao FAM. -----

Passou-se à alínea g) da Ordem do Dia: **“Aprovação dos Documentos Previsionais para 2022 - Relatório do Orçamento, Orçamento, Normas para a execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano.”** -----

O Senhor Presidente informou que este é o nono Orçamento e que todos os outros foram votados favoravelmente. Disse, ainda, que foi elaborado pelos Técnicos da Câmara Municipal a quem deixou uma palavra de apreço. ---- No que diz respeito concretamente ao Orçamento e, comparativamente ao anterior, salientou o valor superior que se deve ao número de obras previstas para o próximo ano, nomeadamente a Zona Industrial de Juncais, ao processo da Transferência de Competências, designadamente da Ação Social e, ainda, aos encargos com a dívida no valor de um milhão e duzentos mil euros. De dizer que quanto à forma também se destaca do anterior, uma vez que reverteram nas GOP'S as atividades e os projetos previstos para o próximo ano, o que contribui para que seja um Orçamento caracterizado pelo rigor e pela transparência. -----

Interveio o membro da assembleia Marco Santos começando por referir que é um estreante na Assembleia no papel de deputado, que desempenhará com grande sentido de responsabilidade, associado ao receio de desiludir quem o elegeu. Relativamente ao Orçamento referiu que foram chamados a participar com a apresentação de propostas, todavia, não as vê revertidas no referido documento, reafirmando que, independentemente do facto do Partido do Executivo deter a maioria naquele Órgão, as medidas deverão ser construtivas de modo a contribuir para o desenvolvimento do concelho. Prosseguiu, referindo que, de facto, há uma dívida, penosa, é certo, mas também há obra realizada. No que respeita concretamente ao documento exprimiu a opinião de que a rubrica referente à Saúde está subvalorizada, tendo em conta o contexto atual de pandemia. Destacou, também o aumento das despesas com recursos humanos, bens e serviços e, ainda, a pouca transparência da rubrica "Outros". Ademais, o Orçamento não define uma estratégia para promover a criação de emprego e a fixação de pessoas no concelho. A concluir destacou, pela negativa, o valor orçamentado para as Juntas de Freguesia, de cerca de noventa mil euros, comparativamente ao valor atribuído a uma Associação no valor de sessenta mil euros, estranhando a anuência dos Presidentes de Junta relativamente a esta matéria. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento alertando para duas gralhas na elaboração do documento, designadamente em relação aos impostos diretos, e ao aumento dos gastos com pessoal. De seguida, questionou acerca do que poderá estar na origem da variação de valores, nomeadamente no que toca ao Estudo de Pareceres e Consultadoria, com um valor superior ao ano transato; no que respeita à Saúde corroborou das palavras do membro Marco Santos, referindo que poderia ter sido alocado um valor superior a esta rubrica, dada a atual situação pandémica, e que o Município deveria ter sido mais interventivo, nomeadamente no que respeita ao processo de vacinação contra a gripe. No concernente à questão da empregabilidade constatou que há uma rubrica que fala no Projeto Solar Coworking Lab deduzindo que esteja integrado nalgum projeto da CIM, questionando qual o ponto de situação deste projeto. A concluir quis saber em que consiste a bolsa de teletrabalho no valor de vinte mil euros. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo retomando o tema do emprego e esclarecendo que quando falou da empregabilidade fácil e da sua ligação ao pagamento do voto, foi mal interpretado, uma vez que garante não ser contra as medidas de apoio ao emprego, mas sim contra o excesso de emprego precário, em que o principal empregador é a Câmara Municipal, quando as empresas do concelho têm dificuldade em arranjar mão-de-obra. Prosseguiu, referindo que, sabendo de antemão que o assunto que pretendeu abordar na anterior



sessão da Assembleia não constava da ordem de trabalhos, designadamente acerca do encerramento do Centro de Saúde, apenas o fez por considerar que era um tema de relevância e, nesse seguimento, foi enviada uma informação ao Senhor Presidente de Câmara, em relação à qual não obteve resposta. Sobre esta evidência, questionou o Senhor Presidente que providências foram tomadas em relação a este assunto, uma vez que é uma preocupação não só da Bancada do PSD como da população em geral. É sabido que têm sido abertos concursos para a contratação de mais médicos, mas estes têm ficado desertos porque os médicos não querem vir para o Interior do País e, assim sendo, apelou para que fossem criados incentivos à fixação dos médicos, lembrando o que foi dito pelo líder do PS antes das Eleições Autárquicas “...votar no PS é garantir algumas das prioridades.” Interveio o membro da assembleia Maria João Castanheira referindo que sessenta mil euros para as Juntas de Freguesia é muito pouco, não obstante o aumento de dezoito mil euros face ao ano transato. Relativamente a esta questão, questionou o Senhor Presidente como vão ser distribuídas estas verbas, uma vez que até à data ainda não houve qualquer tipo de contacto da sua parte no sentido de celebrar os acordos de execução com as Juntas. -----

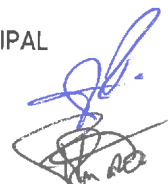
No uso da palavra, o membro da assembleia Nélcio Sequeira começou por parabenizar os funcionários da autarquia pelo rigor na elaboração do Orçamento, realçando o aumento da verba a atribuir às Juntas de Freguesia em cerca de 25% relativamente aos valores anteriormente transferidos. Salientou, ainda, que mais de 40% das despesas da autarquia, incidem no ensino e no desenvolvimento económico do concelho. -----

Dada a palavra ao membro da assembleia Cláudia Farias, esta referiu que a sua intervenção se prende com o projeto “Orçamento Participativo Intergeracional” inscrito na rubrica do Fomento à Participação e à Cidadania, que ela considera ambicioso, já que apela à participação dos jovens e que vai de encontro ao que havia referido no início da sessão relativamente à apatia dos jovens na área política, questionando o Senhor Presidente como pretende implementar o projeto. -----

De seguida parabenizou a iniciativa de atribuição de apoios ao Ensino Superior, na medida em que é importante a qualificação dos jovens do concelho. A concluir e no seguimento da intervenção do membro Marco Santos, afirmou que, de facto, têm uma maioria na Assembleia, contudo, em momento algum, lhes foi imputado um sentido de voto, pelo que, caso não se reveja nalguma das propostas apresentadas, será a primeira a votar contra. Acresce o facto de não achar coerente o membro Marco Santos ter referido que iria votar contra apenas pelo facto de o PS ter uma maioria parlamentar. -----

Interveio o membro da assembleia Luís Ginja salientando que este Orçamento já foi sufragado por cerca de três mil pessoas há três meses e, na sua opinião, é o documento mais transparente e mais bem organizado dos últimos anos, aproveitando para parabenizar o Executivo e os funcionários da Autarquia. -----

Ainda relativamente a esta questão, sublinhou que a amortização da dívida importa em cerca de 13% do orçamento e que relativamente à Estratégia Local para a Habitação, o Senhor Presidente deu um passo importantíssimo ao assinar a escritura dos oito fogos. Destacou, ainda, o Plano Estratégico do Turismo e finalizou referindo que este Orçamento constituirá motivo de orgulho para os fornenses. -----



O membro Marcos Paulo solicitou o uso da palavra para questionar o Senhor Presidente se existe uma segunda moratória em curso e, em caso afirmativo, a data de início e se esse valor se encontra refletido neste Orçamento. Em resposta às questões colocadas, o senhor Presidente esclareceu que o aumento das despesas com o pessoal se deve ao cálculo do subsídio de insalubridade ao abrigo do artigo 24.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro para os funcionários do Município. -----

Quanto à questão da vacinação referiu que no ano passado implementaram esse programa, contudo, e com base na avaliação que fizeram chegaram à conclusão que não se justificava, até porque, ao que sabe, no Centro de Saúde o processo está a decorrer muito bem. Relativamente à questão da Saúde informou que o Município de Fornos de Algodres é o pioneiro do Programa ABEM – Rede Solidária do Medicamento, destinado a famílias de baixo rendimento. No que respeita ao projeto Solar Coworking Lab, informou que estão a tentar resolver o problema da Residência de Estudantes porque ainda não se encontra registada em nome da Câmara para posteriormente trabalharem no âmbito da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela. Em relação à rubrica mencionada pelo membro Gonçalo Bento e, tal como o nome indica, servirá para comparticipar as despesas resultantes do teletrabalho. Quanto à questão levantada pelo membro Marcos Paulo relativamente ao Centro de Saúde referiu que vai abrir um concurso para a contratação de um médico, havendo médicos a manifestar interesse em vir, contudo, o nosso concelho, em termos de rácio por número de utentes, é superior aos outros concelhos. No que respeita à questão da moratória esclareceu que não foi contemplada na elaboração do Orçamento e que a maior parte desse valor será canalizado para comparticipar as medidas implementadas no âmbito da COVID-19 e, ademais, em março de 2022, constatarão o valor do saldo de gerência. -----

No respeitante às Juntas de Freguesia afirmou que, naturalmente, gostariam de poder atribuir uma verba mais elevada e, sobre tal evidência, perspetivaram no Programa Plurianual a possibilidade de reforçar essas verbas, nos próximos anos. Referiu, também, que em primeiro lugar aprova-se o Orçamento e depois celebram-se os Acordos de Execução, à semelhança do que tem acontecido. -----

Em relação à intervenção do membro Cláudia Farias, o Senhor Presidente referiu que, apesar de contar com a colaboração de toda a comunidade fornense, o Orçamento Participativo começará nas escolas. -----

Relativamente ao Turismo fez saber que muito se tem feito no concelho nessa área, tal como indicam os últimos resultados dos CENSOS 2021, que revelam um acréscimo no número de alojamentos no concelho, acrescentando que terão de definir um plano estratégico nessa área, porque consideram ser uma área estruturante para o desenvolvimento. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Gonçalo Bento acerca do Estudo de Pareceres e Consultadoria, esclareceu que as candidaturas ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), têm prazos muito apertados, não sendo possível elaborar os projetos internamente porque o quadro de pessoal da Câmara Municipal não tem pessoal habilitado para determinados projetos e, face a essa evidência, terão de recorrer a serviços externos. ---

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu à votação a alínea g): “Aprovação dos Documentos Previsionais para 2022 - Relatório do Orçamento, Orçamento, Normas para a execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano” tendo sido a mesma aprovada por maioria com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de



Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã e oito votos contra da Bancada do PSD e Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz. -----

Solicitou o uso da palavra o membro Marco Santos para referir que deveria ser posta à consideração a votação desta alínea por alguns membros ali presentes, uma vez que há acordos com algumas instituições, das quais esses membros fazem parte, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia e a Associação Desportiva. -----

Face a esta a esta questão, o membro Luís Ginja referiu que não está inibido de exercer qualquer cargo político, citando a frase “*forma construtiva e atenta*”. Por sua vez, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Algodres assinalou que as verbas atribuídas à Associação Desportiva serão canalizadas para investimentos que servirão os jovens do concelho. -----

Passou-se de imediato à alínea h) “**Aprovação do Regulamento do Sorteio de Natal.**” -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Município de Fornos de Algodres pretende com este programa e em articulação com outras iniciativas, contribuir para o desenvolvimento da atividade económica do concelho, revitalizando o comércio local, mobilizando os comerciantes e estimulando a população em geral ao consumo no concelho de Fornos de Algodres, na época de Natal. -----

O presente documento destina-se a especificar os termos e condições subjacentes à participação no Sorteio de Natal “Este Natal, Compre no Comércio Tradicional”, da campanha de Natal do Município de Fornos de Algodres, “Fornos de Algodres Natal, Um Presépio Natural”. -----

Iniciou as intervenções deste ponto o membro Marco Santos para referir que, de facto, este programa é um motor para o desenvolvimento do concelho e uma ajuda para o comércio local, todavia, exprimiu a opinião de que a sessão da Assembleia Municipal deveria ter sido realizada mais cedo, na medida em que estão a aprovar uma iniciativa que já está a decorrer. -----

Interveio a Primeira Secretária da Assembleia Municipal referindo que considera este programa uma mais-valia para o comércio local o qual mereceu a aderência de todos os comerciantes do concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara constatou que a opinião relativamente a este programa é unânime, esperando que a votação decorra nesse sentido. -----

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a alínea h) à votação, tendo sido a mesma aprovada por maioria com dezanove votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã e membro da assembleia Ana Catarina Albuquerque Tomás, seis abstenções da Bancada do PSD, Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz e um voto contra do membro da assembleia Carlos António Tomás Ferreira. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo registou que o sentido de voto da Bancada do PSD se deve apenas ao facto de estarem a aprovar um regulamento respeitante a uma atividade que já foi iniciada. -----

Passou-se à alínea i) “**Apreciação e votação da Estratégia Municipal Ambiental para 2022-2025**”. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que no âmbito de uma comunicação clara, transparente e informativa, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres apresentou, de uma forma íntegra, a estratégia para a área do Ambiente no concelho de Fornos de Algodres, respeitantes ao período de 2022 a 2025. O documento pretende



com linguagem acessível, apresentar as principais orientações sobre a política ambiental e respetivo orçamento para os próximos quatro anos. No presente documento foram apresentadas as linhas orientadoras da estratégia para os próximos quatro anos, respeitante às ações temáticas da potenciação ambiental, não querendo isto dizer que o mesmo não possa sofrer algumas alterações, acrescentando que o Município de Fornos de Algodres está na linha da frente no que toca a esta matéria e, ademais, no âmbito do atual Quadro Comunitário só poderão submeter candidaturas caso esta estratégia seja aprovada pelos órgãos competentes. -----

Interveio acerca deste ponto o membro Gonçalo Bento sugerindo que fosse considerada no documento a possibilidade de adotar o novo conceito que se traduz na variação de tarifas consoante a quantidade de lixo indiferenciado que cada agregado produz, deixando, assim, de ser cobrada na fatura da água esta tarifa, medida já implementada por alguns Municípios, nomeadamente Guimarães. -----

Usou da palavra o membro Cláudia Farias referindo que o atual contexto de pandemia deu origem a que, muitas pessoas que residiam no Litoral, se tenham vindo fixar no Interior, visto terem uma qualidade de vida superior, designadamente em termos ambientais e que a melhoria da Democracia Local passa de igual modo por este tipo de iniciativas. Salientou, ainda, e tal como foi referido pelo Senhor Presidente, que a submissão a candidaturas aos quadros comunitários passa pela aprovação deste documento. -----

O Senhor Presidente registou a sugestão do membro Gonçalo Bento adiantando que, caso se coloque essa necessidade, possa ser considerada numa próxima revisão ao programa. -----

Relativamente à intervenção do membro Cláudia Farias referiu que a área ambiental é cada vez mais uma aposta dos Municípios, no sentido de melhorar a sustentabilidade no Interior do País. -----

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a alínea i) à votação, tendo sido a mesma aprovada por maioria, com dezoito votos a favor da Bancada do PS e Presidentes de Junta de Sobral Pichorro e Fuinhas e Cortiço e Vila Chã, sete abstenções da Bancada do PSD, Presidentes de Junta de Figueiró da Granja, Matança e Queiriz e um voto contra do membro da assembleia Carlos António Tomás Ferreira. -----

Passou-se de imediato à alínea j) da Ordem do Dia:” Informação sobre a Situação Económica e Financeira relativa ao 1.º Semestre de 2021 para conhecimento.” -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal manifestou a sua intenção em determinar a criação e composição de um grupo de trabalho no sentido de proceder à elaboração de um novo Regimento da Assembleia Municipal, fixando um interregno de cinco minutos para a apresentação de propostas. -----

Decorrido o interregno, foram indicados pela Bancada do PSD os membros da assembleia Gonçalo Emanuel Paraíso Bento e Marco Paulo Ferreira dos Santos e, pela Bancada do PS, os membros da assembleia Andreia Paula Sanches Ventura e Cláudia Filipa Coelho Farias. -----



Interveio o membro da assembleia Maria João Castanheira para se debruçar acerca do que, na sua opinião, correu menos bem no processo que antecedeu a assinatura dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, já que estes acordos devem ser feitos cento e oitenta dias após a sua instalação e, na medida em que, o contrato anterior caducou aquando do fim de mandato da Assembleia, e, por conseguinte, não há delegação de competências. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Álvaro dos Santos começando por referir que a Junta de Freguesia de Figueiró da Granja foi galardoada com a Bandeira Verde no âmbito de um projeto da ABEM (Associação Bandeira Azul da Europa), que contribui para a transformação, no sentido de uma freguesia mais sustentável. Referiu, também, que está a decorrer o processo de substituição das lâmpadas antigas por LED'S nas habitações e edifícios públicos, que permitirá uma redução significativa de ondas de calor e uma redução do consumo de energia. Ainda relativamente a esta questão, irão fazer uma demonstração à população com recurso a contadores digitais, de quanto gasta uma lâmpada normal e uma lâmpada LED, num determinado período de tempo. Prosseguiu, referindo que estão em curso dois grandes projetos, designadamente o Museu de Arte Sacra e o Parque de Caravanismo, questionando o Senhor Presidente da Câmara se poderão contar com o seu apoio na medida em que, face às despesas que tem, a freguesia de Figueiró da Granja não conta com muito dinheiro. A finalizar questionou o Senhor Presidente se poderá reunir com todos os Presidentes de Junta, em conjunto ou individualmente, para debater estes assuntos. -----

Seguiu-se o membro Augusto Carvalho referindo que o processo de Transferência de Competências é preponderante no combate à pobreza, aproveitando para parabenizar o Município pela coragem em aceitar estas competências, porque ao que sabe, há Municípios que não o fizeram. Referiu, também, que as autarquias poderão dar um contributo favorável na inserção de famílias carenciadas e na resolução de muitos problemas. Relativamente à Zona Industrial de Juncas afirmou que o estudo de impacto ambiental está em consulta pública e é um instrumento que poderá beneficiar o concelho, fazendo votos para que a União de freguesias da qual é Presidente possa beneficiar dessa grande obra. -----

Usou da palavra o membro Marco Santos questionando o Senhor Presidente se, relativamente à Escola de Figueiró da Granja, o problema é do empreiteiro ou de um erro de projeto que condicionou o empreiteiro; quis saber, também, qual o ponto de situação da dívida outrora reclamada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja à Câmara Municipal e, a concluir, questionou se no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para o qual foi indicado o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Algodres, houve algum assunto relevante a partilhar. -----

Interveio o membro Marcos Paulo começando por exprimir que a atual oposição pautar-se-á pela cooperação, fiscalização, denúncia e discussão dos assuntos em sede própria, citando Sá Carneiro *“primeiro vem Portugal, depois os Partidos, depois nós próprios.”* Nesta medida, questionou o Senhor Presidente que medidas tomou relativamente ao encerramento do Centro de Saúde. Questionou, também, o membro da assembleia Luís Ginja e a Senhora Presidente da Assembleia se enquanto políticos se disponibilizam para realizar um manifesto relativamente a esta questão. -----



O membro da assembleia Marco Santos retomou a palavra questionando se o Município está recetivo para disponibilizar meios no sentido de aumentar a capacidade de testagem, caso haja um agravamento da pandemia, até porque as farmácias do concelho não aderiram. -----

Interveio o membro Nélío Sequeira para questionar o Senhor Presidente o que prevê fazer no âmbito do projeto *“Rota Turística para a EN 16”*. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Cláudia Farias referindo que, de acordo com o artigo 33.º, N.º 1 alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal *“assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade”*, acrescentando que compete a todos enquanto cidadãos e, nessa medida, questionou o que tem sido feito no sentido de integrar esta perspetiva nas ações do Município, colocando-se à disposição para o que entenderem necessário. -----

Interveio o membro Luís Ginja, referindo que a questão do Centro de Saúde é uma preocupação transversal a todos e o Executivo tudo tem feito para resolver esta questão. Relativamente aos PCR'S são prescritos pelos médicos e poderão ser feitos no Centro de Saúde ou nos laboratórios de análises clínicas. -----

A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que, na qualidade de enfermeira, estará ao dispor para qualquer esclarecimento. -----

O membro Marcos Paulo referiu que nenhum dos inquiridos respondeu à sua questão, nomeadamente se, na qualidade de políticos, estavam dispostos a participar num manifesto contra o encerramento do Centro de Saúde. O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foram os autarcas do PSD e do PC que, a dada altura, pretenderam cessar o processo relativo à transferência de competências para os Municípios e para as Juntas de Freguesia. No que respeita aos Acordos de Execução esclareceu que só poderão ser celebrados após a aprovação do Orçamento. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja, fez saber que se congratula com as conquistas e iniciativas de todas as Juntas sem exceção, disponibilizando-se para cooperar com todas. -----

No que concerne à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão, o Senhor Presidente exprimiu a opinião de que os Municípios, estando mais próximos da população, desempenharão um bom trabalho na área social e, nessa medida, este Município foi o pioneiro em aceitar essa competência, estando, de momento, a preparar o processo de interação com a Segurança Social. -----

No que diz respeito à Zona Industrial de Juncais afirmou que é um projeto estruturante para o concelho, nomeadamente para a União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão. -----

Quanto à escola de Figueiró da Granja fez saber que o problema foi com o empreiteiro e que, não obstante estarem disponíveis para falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró, não reconhecem a dívida. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente fez uma pequena explanação dos assuntos abordados no Congresso da Associação Nacional de Municípios. -----

Relativamente à questão da testagem referiu que o Município estará sempre disponível para arranjar soluções. -



No que respeita ao encerramento do Centro de Saúde tem envidado esforços junto do Presidente da ULS (Unidade Local de Saúde), e junto do Vice-Presidente da ARS (Administração Regional de Saúde) centro, no sentido de reverter esta situação. -----

Quanto à questão da Estrada Nacional 16, esclareceu que foi uma iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Vouzela. No ponto de partida esteve presente o Município de Mangualde, Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul, Viseu, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Pinhel, Guarda e Almeida. A ideia é criar uma rota com o objetivo de dinamizar todos os territórios que são atravessados pela Estrada Nacional, considerando que é uma mais-valia turística e económica para os concelhos. No que diz respeito à intervenção do membro Cláudia Farias informou que estão em curso alguns projetos em que estão a considerar o tema da igualdade de género e que, tendo em conta as suas competências, aceita e agradece a sua disponibilidade. A finalizar desejou a todos um Bom Ano com muita saúde. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

